

JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

“Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1,27)

Michelle Gonçalves e Robson Oliveira¹

Resumo:

Pensar as juventudes nos provoca a olharmos para elementos importantes que as caracterizam na nossa sociedade. Os jovens são as grandes vítimas de uma estrutura social injusta, há muitas e muitos jovens impedidos de abraçarem verdadeiros valores humanos por causa de uma vida desumana. Neste artigo, apresentamos as juventudes como ‘sujeitos de direitos’, que demanda ‘políticas públicas específicas’, e emergem como força de cidadania política desde o final dos anos 1980 e, desde então, se torna presente em cada tempo histórico, com espaços de manifestação, de conscientização e de participação social. As juventudes assumem o lugar de protagonistas na construção de formas concretas de amor ao próximo, que permitam a cultura fraterna baseada no direito e na justiça.

Palavras-chave:

Juventudes – participação social – movimentos juvenis – políticas públicas – defesa da vida

Chama-se “jovem” aquela ou aquele com idade entre 15 a 29 anos. E essa é considerada a fase no ciclo de vida na qual se concentram os maiores problemas e desafios, mas também de maior vigor, generosidade, sensibilidade, potencial criativo, dinamicidade e aptidão para o engajamento. Essa fase da vida também é marcada pela necessidade de afirmação de direitos, definição de identidades, inserção social e processos de desenvolvimento, falar de juventudes exige noções de espaço e tempo. Exige um olhar para as múltiplas dimensões em que estão inseridas, para a pluralidade e diversidade de expressões e realidades.

Pensar as juventudes nos provoca a olharmos para elementos importantes que as caracterizam na nossa sociedade. Os jovens são as grandes vítimas de uma estrutura social injusta, há muitas e muitos jovens impedidos de abraçarem verdadeiros valores humanos por causa de uma vida desumana.

- Há cerca de 49,4 milhões de jovens no Brasil, 11 milhões delas e deles não estudam ou trabalham
- Há uma massa impressionante de jovens violentados/as e marginalizados/as. A realidade da juventude manifesta a extrema desigualdade social em que vivemos.

¹ **Michelle Gonçalves** é graduada em Letras, especialista em Docência do Ensino Superior e em Juventudes no Mundo Contemporâneo. Atuou como Secretária Nacional da Pastoral da Juventude- Triênio 2020-2022. Atualmente é Articuladora da Rede Caminho de Esperança e **Robson Oliveira** é graduado em História, mestre em Planejamento Urbano e Regional e pós-graduando em Juventudes no Mundo Contemporâneo. Atuou como Coordenador Nacional da Pastoral da Juventude pelo Regional Sul 1-SP (2018-2012). Atualmente é Pastoralista no Centro MAGIS Anchietaum.

Contudo, esses estigmas cruéis e violentos, não silenciam as aspirações próprias das juventudes por um mundo melhor, mais justo, mais acessível e possível. Já dizia Paulo Freire que: “os sonhos são projetos pelos quais se luta”. E o caminho para a defesa dos nossos sonhos e projetos é a voz ativa, a organização, a peleja por espaços, a ousada e profética participação. Sem ela, não há democracia, não há garantia de direitos, não há ecos da voz do povo, não há vida digna. Se não há participação social, não há ampliação de horizontes que deem conta das demandas de vida dos jovens, dos pobres e menos favorecidos. A participação é o mecanismo de mudança, de construção de um mundo melhor, de superação das violências e injustiças.

A luta por políticas públicas sempre contou com a expressiva participação da juventude mobilizada por diferentes causas e sonhos. Para Regina Novaes (2012), enquanto um “sujeito de direitos” – que demanda “políticas públicas” específicas –, a juventude emergiu como força de cidadania política no final dos anos 1980, momento em que a “exclusão de jovens” se tornou parte constitutiva da questão social nacional e internacional. Nestes anos constatamos a luta da juventude pelos direitos civis e suas garantias individuais. A ênfase deste movimento estava ligada à contenção do desemprego, da violência, pela educação. No início dos anos 90, surgiram as primeiras ações dos governos voltadas mais especificamente sobre as juventudes, e daí surgiram as Secretarias Municipais, Estaduais e Coordenadorias, mas não chegou a ser criado um espaço nacional e governamental de juventudes.

É interessante ressaltar que no final das décadas de 80 e inícios dos anos 90, após a reconquista dos direitos civis e políticos, com a promulgação da Constituição de 1988, as juventudes dos anos que se seguiram passaram por momentos de fortalecer a luta pelos direitos políticos, os movimentos de rua e de estímulo para a efetiva participação de jovens nos processos políticos, atuando como protagonistas. (CAMACHO, 2016).

O final dos anos 90, faz evidenciar a necessidade e a urgência de políticas públicas voltadas à população jovem. Ou seja, a percepção de que os direitos sociais, econômicos e políticos, já garantidos na Constituição Federal, careciam ainda de serem implementados como “políticas”. Com a chegada do novo milênio, as juventudes passam a concentrar sua luta, seus anseios e protagonismo na luta e na construção dessas políticas. Em 2005, no primeiro governo Lula, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, com o objetivo de elaborar, validar, articular e avaliar programas e ações voltados para jovens de 15 a 29 anos (NOVAES, 2012). Essas ações estimularam a participação e o protagonismo de vários e várias jovens e de movimentos juvenis na construção de políticas específicas às juventudes, e também a fomentação de publicações que traziam a realidade juvenil por meio de aplicação das políticas que surgiram nesta década.

Importante lembrarmos que o Direito à Vida, e a garantia dela, toma a pauta das lutas juvenis no começo dos anos 2000. Vários movimentos juvenis vão lançar campanhas pelo fim da violência contra as juventudes. Estas evidências partem da vivência dos e das jovens, das pesquisas que mostram o grande aumento do extermínio das juventudes em sua maioria

periférica e negra, mas também nos campos e nas cidades. Índices alarmantes de homicídios de jovens, principalmente por forças estatais, levaram também as Pastorais da Juventude, da Igreja Católica, a construir uma Campanha Nacional Contra o Extermínio das Juventudes, mobilizando as pastorais da juventude, pastorais sociais, entidades governamentais. (CAMACHO, 2016)

Com a implementação de espaços de participação política e protagonizado pelas juventudes, criou-se também espaços de diálogo e de escuta da realidade juvenil, como, por exemplo, as Conferências de Juventude. No Brasil, surgiram várias iniciativas de jovens que marcaram presença no espaço público indagando seu espaço e protagonismo na luta por garantir o direito a uma educação de qualidade e de trabalho decente. Podemos aqui fazer memória dos jovens que saíram às ruas em 2013 em uma das mais expressivas manifestações do Brasil, e também dos e das jovens secundaristas em 2016, que pararam centenas de escolas brasileiras em protesto por uma educação de qualidade que se tornasse presente nos projetos dos governos.

Frente a essa participação social podemos destacar também os movimentos que, desde 1990, fazem as demandas juvenis escolares aos espaços públicos. Muitos destes grupos - localizados em áreas pobres e violentas -, começaram a proliferar como expressões culturais em torno de estilos musicais (tais como rock, punk, heavy metal, reggae, hip-hop, funk), artes cênicas, grafite, danças (street dance, break) e grupos esportivos (entre eles, futebol, basquete de rua e skate), incluindo também os vários movimentos das igrejas de tradição cristã que vêm debatendo a participação das juventudes na sociedade e na política.

Outra complexa temática que vem sendo pautada com grande comprometimento social e político das juventudes está relacionada com as questões de gênero, raça e etnia (herdadas dos anos 1970 e 1980), mais recentemente se somaram demandas voltadas à identidade de gênero e aos “jovens com deficiência”. Vale destacar a atual Campanha Nacional de Enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher, realizada pela Pastoral da Juventude-CNBB.

A luta é diversa em cada tempo histórico, os espaços de manifestação, de conscientização e de participação social são dinâmicos e vão se moldando conforme as juventudes mudam. São processos dinâmicos. Os documentos da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, de Medellín (1968) e Puebla (1979) apontam os jovens como agentes importantes na transformação da sociedade, porque suas vidas moldam a face do mundo de hoje e de amanhã. Neste mesmo apelo, Papa Francisco, na Jornada Mundial da Juventude no Brasil em 2013, nos provocou: Jovens, sejam revolucionários!

Em sua mensagem para a Campanha da Fraternidade de 2019, com o tema “Fraternidade e Políticas Públicas”, Francisco reitera: “segundo o exemplo do divino Mestre que “não veio para ser servido, mas para servir” (Mt 20,28) - devem buscar uma participação mais ativa na sociedade como forma concreta de amor ao próximo, que permita a construção de uma cultura fraterna baseada no direito e na justiça (n. 505).

Não desviemos o nosso coração e a nossa fé da certeza de que o Reino de Deus se constrói participando da luta do povo, reafirmando dia a dia a opção preferencial pelos pobres. Deixemo-nos inquietar e iluminar constantemente pela palavra de Deus em Isaías 1, 27: “Serás libertado pelo direito e pela justiça”. Sigamos na defesa da vida, através do engajamento nas lutas por políticas públicas, protagonizando a construção de uma sociedade mais justa, na qual todas e todos tenham voz, vez e lugar, ocupando espaços de decisão e discussão social, sendo fermento na massa, até que justiça, liberdade e vida em abundância seja uma realidade entre nós.

Questões para reflexão:

1. Quais os pontos que mais chamaram a sua atenção na reflexão proposta neste artigo?
2. Como as juventudes podem construir estratégias de ação de cidadania política? Sugira duas ou três estratégias de planejamento.
3. Qual a relação entre a fé cristã e a ação de cidadania política?

Referências bibliográficas:

CAMACHO, Marcio. **A PJ atendida com a “direção dos ventos” dos direitos das juventudes. Pastoral da Juventude.** Teias da Comunicação, 2016. Disponível em : <https://www.pj.org.br/direcao-dos-ventos-dos-direitos-das-juventudes/>. Acesso em 08 de abril de 2020.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Evangelização da Juventude: Desafios e perspectivas pastorais.** Brasília, Edições CNBB. 2007. p. 17.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação - Cartas Pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 62.

FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais.** São Paulo: Ação educativa, 2005. p.31.

GUEDES, Aline. **Geração nem-nem já soma 11 milhões de jovens no Brasil.** Senado Notícias: Especial Cidadania, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais-cidadania/geracao-nem-nem-ja-soma-11-milhoes-de-jovens/>. Acesso em 08 de abril de 2020.

NOVAES, Regina. **As juventudes e a luta por direitos.** Le Monde Diplomatique Brasil, 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-juventudes-e-a-luta-por-direitos/>. Acesso em 08 de abril de 2020.

PAPA FRANCISCO. Mensagem do Papa Francisco aos fiéis brasileiros por ocasião da Campanha da Fraternidade 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco_20190211_messaggio-fraternita.html. Acesso em 16 de outubro de 2023